

**O ECOSISTEMA LINGUÍSTICO E CULTURAL URBANO DA
IMIGRAÇÃO ITALIANA NO EIXO RIO DE JANEIRO-JUIZ DE FORA**

Mario Luis Monachesi Gaio (UFF/EUV/Capes)

Mônica Maria Guimarães Savedra (UFF/CNPq/FAPERJ)

R e s u m o : Esse trabalho tem o escopo de identificar o ecossistema linguístico dos imigrantes italianos que se dedicaram ao trabalho de distribuição de jornais nas cidades de Juiz de Fora e Rio de Janeiro. Com base nas premissas da linguística ecossistêmica, que enxerga uma Comunidade de Fala (CF) como o ecossistema linguístico por excelência, esta pode ser delimitada pelo pesquisador de acordo com o viés de observação adotado. Compararemos a CF Fazenda do Zé Artino (COUTO, 2016), com a CF desses jornalheiros, apontando as diferenças e mostrando as possibilidades de estudo de ambas sob a perspectiva holística da ecolinguística.

P a l a v r a s - c h a v e : Linguística ecossistêmica. Comunidade de fala. Imigração italiana. Línguas em contato.

A b s t r a c t : This paper has the scope of presenting the linguistic ecosystem of Italian immigrants who dedicated themselves to the work of newspaper distribution in the cities of Juiz de Fora and Rio de Janeiro. Based on the assumptions of Ecosystemic Linguistics, which sees a speech community (SC) as the linguistic ecosystem par excellence. This ecosystem is delimited by the investigator according to his needs. We compare the SC ‘Fazenda Zé Artino’ (COUTO, 2016), with the SC of the newsagents, pointing out the differences between them and showing the possibilities of studying them from the holistic perspective of Ecolinguistics.

K e y w o r d s : Ecosystemic linguistics. Speech community. Italian immigration. Languages in contact.

1. Introdução

Quando se fala de imigração italiana no Brasil é recorrente a associação aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Vez por outra o estado de Santa Catarina também é lembrado, mas raramente se fala em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Há razões para isso, talvez pelo volume de entrada de imigrantes nos dois primeiros. Porém, a presença da imigração italiana entre os mineiros é relevante, e o estado do Rio de Janeiro não deve ser desconsiderado. E por justiça, devemos sempre lembrar do estado do Espírito Santo, onde a presença de italianos da região do Vêneto, nordeste da Itália, tem sido objeto de estudos linguísticos entre vários pesquisadores.

Neste trabalho limitaremos nosso campo de estudo ao eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora (MG) dada a sua importância histórica na construção do Brasil. Afinal de contas, entre essas duas cidades foi construída a primeira estrada pavimentada de rodagem da América Latina, a estrada União-Indústria, que ligava a cidade mineira a Petrópolis, e dali à então capital do Brasil. E foi em Juiz de Fora que nasceu a primeira usina hidrelétrica da América do Sul, construída para atender a demanda energética das indústrias que proliferavam na Manchester Mineira (GAIO, 2013).

2. A ecolinguística e a linguística ecossistêmica

A ecolinguística é um ramo do conhecimento que temos sobre ecologia da língua. Sua ênfase está na diversidade linguística e também em línguas ameaçadas (MUFWENE, 2016). Ela é costumeiramente definida como o estudo das relações entre língua e meio ambiente, aqui entendido como o meio em que a língua é usada. Pode ser também entendida como “o estudo das interações verbais que se dão no interior do ecossistema linguístico”. Um ecossistema linguístico, à exemplo da visão de ecossistema da ecologia, é composto de uma população que convive em um território e que interage através de uma língua. Essa visão macro é entendida como o ecossistema integral da língua. Se tomarmos uma pequena comunidade que conviva, interaja com assiduidade e tenha costumes comuns teremos o que se chama ecossistema natural da língua¹ (COUTO, 2016).

A ecolinguística costuma definir comunidade de fala (CF) em oposição a comunidade de língua (CL). A CF em geral é um pequeno ecossistema linguístico no qual há solidariedade e frequente interação entre seus membros. Portanto, ela é entendida como tal pelos atos de interação comunicativa entre seus membros. Ao contrário, uma CL é um ecossistema linguístico que não depende do tamanho do território porque é entendida pelo pertencimento a um sistema linguístico e não pela interação. Os países cuja língua oficial é a portuguesa constituem uma CL. É axiomática a analogia com a dicotomia Saussuriana *langue/parole* (COUTO, 2016). Ainda nas palavras do autor, CF “é o ecossistema linguístico por excelência” por ser comparável ao ecossistema biológico. Ela pode ser delimitada pelo pesquisador de acordo com o viés de observação que esse adote ao passo que a CL não tem essa prerrogativa. A diferença prática entre

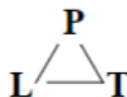
¹ O autor cita o exemplo do povo kamayurá, que vive no Parque Indígena do Xingu.

ECO-REBEL

CL e CF é que a primeira não pode ser delimitada pelo pesquisador. Ambas são ecossistemas, mas a CL é comparável a um bioma e seus limites são naturais.

Mesmo que esses limites sejam fluidos e se interseccionem com os dos biomas vizinhos, não é o ecólogo que define onde termina a tundra e começa a taiga, onde termina a taiga e começa a floresta temperada, onde termina a floresta temperada e começa a floresta tropical (COUTO, 2016)

A linguística ecossistêmica, uma das vertentes da ecolinguística, tem sua origem nos estudos dos alemães Peter Finke e Wilhelm Trampe. No Brasil, tem sido desenvolvida na Escola Ecolinguística de Brasília, com participação da Universidade Federal de Goiás. A premissa básica da linguística ecossistêmica é a existência de um ecossistema, conceito básico da ecologia, e que tem a língua como parte do ecossistema linguístico, composto de um povo (P), um território (T) e uma língua (L), conforme o esquema abaixo (COUTO, 2016):



Desse ecossistema fazem parte outros três, como ainda aponta o mesmo autor. O primeiro é o ecossistema natural da língua, cuja centralidade está no território. Por exemplo, uma tribo indígena que ocupa uma determinada região desde sempre. O T é a própria região onde esse grupo de pessoas habita. O segundo é o ecossistema mental da língua, considerando que o cérebro do falante é o verdadeiro *locus* da língua (WEINREICH, 1968). Portanto, ele é o T da língua. Envolve todo o dinamismo neural da mente para o processamento da língua/linguagem. O terceiro ecossistema é o social. O T é a sociedade em que os falantes estão inseridos, com todas as nuances que isso envolve em termos de relações interacionais.

Resumidamente, temos o ecossistema integral da língua, composto por três ecossistemas que dele fazem parte; o ecossistema natural, cuja relação entre povo, território e língua tem um viés étnico. No ecossistema mental, a mesma relação tem um viés pessoal, íntimo, ligado à vontade do falante. E o ecossistema social, cuja relação é, como o próprio nome diz, social, com sentido de interesses coletivos comuns.

3. Os falares do Brasil – delimitações e terminologia adotada

Antes de entrar no caso particular da CF a que submeteremos este estudo, devemos esclarecer algumas opções terminológicas que delimitam os falares do Brasil em três grandes grupos. Feito isso, poderemos situar nossa CF em um deles com mais clareza. Não pretendemos reinventar a roda, apenas esclarecer nossas opções.

O Brasil, país de dimensões continentais e com população que já ultrapassa 200 milhões de habitantes, tem variedades diatópicas bastante numerosas. Porém, há certo parentesco entre elas o que nos permite acolher a divisão proposta por Couto (2016) em três grandes grupos: dialetos rurais, dialeto urbano e dialeto estatal. Essa proposta tem sido introduzida na linguística ecossistêmica como um modo de enxergar a diversidade linguística do país. A divisão se baseia na proximidade linguística que existe entre os diversos falares urbanos entre si, haja vista o projeto NURC, e também entre os diversos falares rurais, já percebida por Elia (1979, *apud* COUTO, 2016). A maior novidade talvez esteja no dialeto estatal, que se entende por aquele dialeto que efetivamente ninguém fala por ser apenas uma norma, mas que serve de referência ou parâmetro para o que se sói chamar de variedade padrão da língua, aquela usada para a intercomunicação entre todos os cidadãos brasileiros.

4. Novos conceitos

Façamos breve revisão de novos conceitos introduzidos por Couto (2016). Em primeiro lugar é preciso esclarecer que a essência da língua para a linguística ecossistêmica é a interação comunicativa. São as interações comunicativas que justificam a existência da língua. A partir do momento em que há interação comunicativa com entendimento recíproco entre falante e ouvinte², haverá regras que foram seguidas por ambos, e cabe ao linguista enxergar e descrever essas regras. Nas palavras de Couto (2016) as regras sistêmicas são um construto abstraído a partir dos atos de interação comunicativa (AIC). A partir do momento em que conseguimos identificar regras nos AIC, poderemos definir também padrões de interação comunicativa (PIC). Esses padrões não consideram somente as comunicações verbais, mas toda a multimodalidade que pode fazer parte dos AIC.

Retomando a definição de CF segundo os princípios ecolinguísticos: é um pequeno ecossistema linguístico no qual há solidariedade e frequente interação entre seus

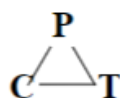
²Deixamos claro também que numa interação padrão falante e ouvinte trocam de turno, passando de uma função à outra constantemente.

ECO-REBEL

membros. A CF pode ser definida pelo pesquisador. Então, podemos definir uma CL inteira como sendo nossa CF objeto de estudo, assim como podemos nos restringir à CF mínima, constituída por dois indivíduos, uma vez que, para a ecolinguística, só faz sentido estudar língua onde há interação comunicativa.

As CF podem ser compactas, quando os membros vivem em proximidade uns dos outros. Um exemplo são os núcleos familiares. Já as CF difusas são aquelas em que os membros vivem afastados uns dos outros. Couto (2016) cita as comunidades rurais onde as famílias vivem em suas terras relativamente afastadas umas das outras, porém têm interesses comuns, interagem e formam CF.

Por fim, vejamos um conceito extensivo ao de ecossistema linguístico. Analogamente a este, representado por um povo convivendo em um território e interagindo através de uma língua, Couto (2016) define o ecossistema cultural formado por um tripé semelhante, e um pouco mais abrangente. Um povo convivendo em um território e compartilhando cultura. A cultura deve ser entendida como tudo o que envolve o passado, o presente e o futuro desse povo nesse território. No passado está o acervo que sustenta sua identidade; no presente se encontra o seu comportamento atual, todas as práticas e os “padrões de ação”; e no futuro está o planejamento e os investimentos. Sendo assim, o ecossistema cultural corresponde à totalidade de signos da comunidade, ou seja, tudo o que tem significação própria para a comunidade, tudo o que é compartilhado pela comunidade e por ser compartilhado é usado nas interações comunicativas. Ainda nas palavras do autor, “o primeiro de todos os ingredientes da cultura é a língua”. Então, se língua é parte da cultura, é fácil deduzir que o ecossistema linguístico é parte do ecossistema cultural. Gráficamente, é assim representado:



Da mesma forma que definimos dialetos rurais em contraposição a dialeto urbano, cujos ecossistemas linguísticos são respectivamente rurais ou urbanos, temos por extensão ecossistemas culturais rurais e urbanos. Salientamos aqui a não existência de ecossistema – seja linguístico ou cultural – estatal para atender ao dialeto estatal. A partir do momento em que o dialeto estatal é uma abstração, uma língua artificial que serve de referência a uma suposta unificação linguística nacional, não faz sentido falar de ecossistema estatal. O dialeto estatal não é língua de ninguém, portanto não é meio

de interação regular em nenhum ecossistema. Embora seja uma questão discutível, partimos da premissa de que se eventualmente houvesse interações em dialeto estatal, elas não seriam práticas de interação ecossistêmicas tais como as que ocorrem em CF³. O dialeto estatal, na condição de artificial, não pode ser entendido como parte de um sistema língua-mundo (TRAMPE, 2016). Não é produto de experiências naturais. Ao contrário do que acontece nos sistemas língua-mundo naturais, em que a língua vernacular é construída a partir de experiências (TRAMPE, 2016, p. 55), o dialeto estatal é um construto artificial com objetivo específico⁴.

6. Interação-comunhão

Já vimos que os processos de interação seguem uma sequência ao longo do tempo. O primeiro passo é a comunhão, a solidariedade que se estabelece naturalmente em virtude do compartilhamento do mesmo espaço, das necessidades e interesses comuns. Se não há comunhão, não haverá interação comunicativa propriamente dita. Quando não há comunhão, há risco de haver conflitos. A partir da comunhão, há uma necessidade de comunicação.

A comunhão não precisa de linguagem comum, mas o estágio seguinte sim. Couto (2016) exemplifica o primeiro contato entre a esquadra de Cabral e os índios tupinambás como exemplo de comunhão, pelo menos em alguns momentos, a partir dos relatos de Caminha. Já entre um grupo de pessoas num elevador não há comunhão, todos querem chegar rapidamente a seus andares, mas se alguém pergunta algo que seja de interesse de outrem, o grupo pode passar a um estado de comunhão. Os exemplos foram propositais uma vez que no primeiro caso não havia nada de comum entre as línguas faladas pelos povos em comunhão; no segundo há língua comum, mas não há comunhão, ao menos num primeiro momento.

7. Interação-comunicação

A partir da comunhão, o passo seguinte é a comunicação. Para a linguística ecossistêmica, a comunicação, ou mais apropriadamente interação comunicativa, prevê

³ A partir do momento em que consideramos a existência de um dialeto estatal, é possível admitir interação comunicativa através de seu uso. Daí considerarmos o tema discutível. No entanto, como se trata de uma artificialidade, ele não existe em ambientes naturais, somente em ambientes artificiais, como a escola, por exemplo.

⁴ Não pretendemos aprofundar esse tema porque ele não nos interessa nesse momento e não interfere no tema dessa pesquisa.

quatro elementos que constituem a chamada ecologia da interação comunicativa. São eles o falante, ou ouvinte (que se alternam na função), um assunto sobre o qual se interage e um ambiente (COUTO, 2016).

Essa é a situação base, a mais simples e ao mesmo tempo a mínima necessária. A partir dessa situação fundamental podemos conjecturar e imaginar conjunturas sociais que dela derivam. Por exemplo, as relações de intimidade. Se os AIC se estreitam dentro de uma ecologia de interação comunicativa, tende-se a aumentar o repertório de assuntos e a se conhecer mais sobre o próprio ambiente em que estão inseridos, pois haverá maior troca de informações. De consequência os interlocutores se conhecerão mais profundamente e a solidariedade, surgida ainda no estágio de comunhão, tende a aumentar. Os interlocutores passam a compartilhar mais interesses comuns, e pode surgir a formação de redes sociais. De acordo com a intensidade dessas relações, poderemos ter redes de tessitura mais ou menos densas.

Gomes (2015) aponta para as contribuições que as redes sociais podem dar aos estudos de ecolinguística. As redes sociais são constituídas de grupos de pessoas com interesses comuns. Os estudos de redes sociais nos mostram que há uma relação direta entre coesão dos membros e conservadorismo de língua. Vale dizer que comunidades isoladas, com forte vínculo entre os membros tendem a não aceitar mudanças na língua, enquanto que comunidades urbanas tendem a aceitar e incorporar variações na língua com facilidade, pois os laços entre os membros não são fortes e via de regra em apenas alguns domínios. Como aponta Couto (2016), o ecossistema cultural rural tende a ser centrípeto, voltado para si, fechado, e o ecossistema cultural urbano tende a ser centrífugo, aberto, voltado para fora, frequentemente para centros maiores tais como capitais ou metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, ou até mesmo grandes referências urbanas mundiais como Nova York ou Paris.

8. Interação-significação

Parece haver consenso entre os estudiosos que quase toda palavra ou expressão é polissêmica (COUTO, 2016). Vale dizer que os significados dependem do contexto em que os enunciados são proferidos. Além disso, devemos considerar também a capacidade individual de entendimento, que difere de um para outro. Existe, entretanto, uma práxis social que permite um entendimento comum. Essa práxis está vinculada ao meio social e com frequência à CF.

O modelo de matriz semântica de Bang; Døør (2015, p. 67) sugere a existência de “quatro constituintes semânticos que constroem e condicionam” o uso da língua. É uma proposta para uma teoria dialética e ecológica da linguística. Os quatro constituintes são *social sense*, *individual meaning*, *social import* e *personal significance*⁵. Os constituintes partem, em um eixo horizontal, de uma semântica universal para a semântica particular, e em um eixo vertical de um contexto geral para um contexto específico.

Para exemplificar, as acepções dos dicionários dão o significado aceito socialmente, o *social sense*, que serve à CL. É um parâmetro e estão ligadas a um contexto geral e a uma semântica ‘universal’. Já o entendimento pessoal de uma palavra ou expressão é individual e é isso que o difere dos outros indivíduos e o identifica como um ser pensante e não uma máquina (BANG; DØØR, 2015, p. 68). No entanto, há suficientes semelhanças entre esses significados que permitem uma conversa entre duas pessoas, mesmo que de CF diferentes. Os autores esclarecem:

“O significado individual é (i) relativamente invariável por um período longo na minha história pessoal e (ii) relativamente invariável em situações diferentes em tempos e lugares diferentes. O sistema dos meus significados individuais está, portanto, em uma relação dialética com meu *topos*. De certa forma, o meu significado individual de algumas palavras-chave, de alguns textos-chave determina a minha personalidade e codetermina a minha identidade social” (p. 68)

Couto (2016) ratifica essa proposição afirmando que o significado das palavras só existe na CF, ou mais do que isso, nos AIC onde são empregadas, ressaltando que existe o que ele chama de base comum, um significado ligado à CL, corroborando assim com Bang & Døør. Couto vai além e aponta para a subversão que o significado da palavra usualmente sofre em cada AIC. Até mesmo o significado oposto ao definido pelos dicionários pode ser perfeitamente entendido numa CF, pois o que importa é a eficácia da comunicação.

9. Breve histórico da imigração em Minas Gerais e Rio de Janeiro

⁵ Preferimos deliberadamente usar os termos no original em inglês. A versão do artigo traduzida ao PB apresenta os seguintes termos, respectivamente: sentido social, significado individual, sentido social e significação pessoal.

No fim do século XIX os governos mineiro e italiano assinaram acordo para receber imigrantes italianos. A intenção dos mineiros era prioritariamente substituir a mão de obra dos escravos libertados em 1888. Os mineiros buscavam camponeses, ou imigrantes que viessem para trabalhar na lavoura. Não foi bem isso que aconteceu. Boa parte desses imigrantes acabou se estabelecendo em centros urbanos, por causa das melhores oportunidades. No caso de Minas Gerais destacam-se as cidades de Juiz de Fora e Belo Horizonte. Em Juiz de Fora, cidade quase limítrofe com o estado do Rio, foi construída a Hospedaria Horta Barbosa, destinada a acolher, cadastrar e triar os imigrantes que se destinavam ao estado. Porém, como o porto de desembarque era o do Rio de Janeiro, é natural imaginar que muitos por ali ficaram. De fato, como afirma Croci (2011, p. 95), o Rio de Janeiro é a primeira metrópole multiétnica brasileira. Já em 1890 ali viviam mais de 500.000 habitantes, mas desde a década de 50 do século XIX passaram a conviver as mais diversas etnias, de classe social baixa, entre ex-escravos e imigrantes estrangeiros de origem europeia, sobretudo portugueses, espanhóis e italianos.

A imigração italiana em Minas Gerais teve seu ápice entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX. Depois disso houve um hiato. Com o fim da segunda grande guerra houve uma retomada dessa imigração, não na mesma proporção da outra, mas significativa, com uma característica particular: a grande maioria desses imigrantes vinha da Calábria, especificamente da província de Cosenza. Muitos desses italianos se dedicaram a trabalhar com distribuição de jornais e revistas, e bancas de jornais, tanto em Juiz de Fora como no Rio de Janeiro. Sendo eles de origem comum, a interação era bastante facilitada. Mais do que isso, diversos relatos de descendentes apontam para constituições familiares frequentemente criadas entre parentes, o que reforça os laços e as redes sociais por eles criadas, como se vê no depoimento deste filho de pai e mãe italianos de Paola, residente em Juiz de Fora: “Lá em casa é assim: o meu pai, ele é irmão da minha tia. Ele é irmão da minha tia. A minha mãe, ela é irmã do meu tio. Então, eles trocaram, entendeu? Eles trocaram”. Evidentemente, ele se refere à mãe como irmã do tio por parte de pai e vice-versa. Esse tipo de depoimento é bastante recorrente.

10. As Casa d'Italia

Antes de prosseguir, façamos um relato sobre as Casa D'Italia, a idealização do governo de Mussolini para a unificação dos italianos que viviam no exterior. Em linhas gerais, nos anos 30, o governo italiano pretendia construir a unidade nacional, estimular o sentimento de pertencimento à Itália e com isso torná-la uma nação grandiosa, inclusive com pretensões imperialistas de extensão de território, a exemplo de outros países europeus⁶. Destarte, essas ideias precisavam se estender aos milhões de italianos emigrados em todo o mundo, era preciso resgatar a italianidade⁷ dos emigrados, recuperar a sua autoestima de cidadãos italianos e investir nas gerações que nasciam no exterior.

Nessa conjuntura, nos anos 30 do século XX surgem as *Casa d'Italia*. Sua função era abrigar as diversas associações de italianos das suas cidades. A ideia era unificar os italianos, desenvolver sentimento de italianidade, pois entre os italianos havia mais apego à região de origem do que ao país (TRENTO, 2000). As *Casa d'Italia*, abrigando diversas associações criadas por italianos, teriam um papel centralizador, meio paternalista, assim como propunha o governo fascista, com a intenção de enaltecer a 'etnia' e o sentimento patriótico italiano.

Bertonha (1998, p. 143) relata, a título de exemplo, o funcionamento da *Casa d'Italia* de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. A da capital mineira “abrigava o Consulado, o *Fascio*, a *Società Dante Alighieri*, o Grupo Escolar Benito Mussolini, a *Società di Beneficenza*, a *Società Reduci*, o *Dopolavoro* (com palco, cinema, bar, praça de esportes, banda etc.)”. A da então capital federal

“abrigava, no primeiro andar do seu prédio, os escritórios da Casa d'Italia, a Câmara Italiana de Comércio, a Livraria Italiana, a Gráfica Italiana e a representação do Fanfulla. O segundo andar, por fim, era ocupado pelo Dopolavoro, o fascio e o cinema. Os quatro andares seguintes, por sua vez, alojavam o Consulado Italiano, o salão de baile/auditório, o Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura e a escola italiana”.

⁶ Não é nossa intenção tratar de fascismo neste trabalho, queremos apenas situar o leitor. Há vasta literatura sobre esse assunto. Pela concisão das ideias sobre o tema, sugerimos, a leitura de Bertonha (1998).

⁷ O termo 'italianidade', utilizado no estatuto da Casa d'Italia de Juiz de Fora, é citado pelo delegado especializado João Luiz Alves Valladão como prova de que ela é uma associação estrangeira, e que por isso merece atenção. Trata-se do ofício 671 de 23/12/1941, enviado ao Chefe de Polícia do estado de Minas Gerais, major Ernesto Dornelles. Disponível no Arquivo Público Mineiro (<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/>), pasta 4703, imagem 148.

Como não poderia ser diferente, a *Casa d'Italia* de Juiz de Fora seguia os mesmos princípios e buscava abrigar diferentes associações italianas na cidade. Como aponta Ferenzini (2008), naturalmente pretendia ser um centro de convivência para os italianos e descendentes. Foi construída com contribuições financeiras de grande parte dos italianos que viviam na cidade e teve grande sucesso no seu breve tempo de existência. “A Casa d'Italia serviria à comunidade no que se refere a: instrução, escola, biblioteca, hospital, beneficência, lazer e esporte” (p. 154).

As Casa d'Italia foram construídas e inauguradas nos anos 30 do século passado, mas com a entrada do Brasil na segunda guerra mundial a Itália tornou-se inimigo, e seus prédios foram tomados pelo governo brasileiro. Após o conflito, já nos anos 50, foram devolvidas ao governo italiano e algumas atividades foram retomadas. No caso particular de Juiz de Fora, essa devolução aconteceu em 1955. Nos anos 60 foi implantada uma escola de língua e cultura italianas e os espaços do prédio foram utilizados na promoção de variados eventos culturais. Nessa época os italianos imigrantes eram predominantemente originários da Calábria e foram eles os principais responsáveis pela retomada daqueles espaços. Do ponto de vista da linguística ecossistêmica, a Casa d'Italia de Juiz de Fora tornou-se um território que abrigava uma comunidade de fala de um grupo de imigrantes. Mas não foi só isso. Como havíamos já mencionado, muitos desses italianos eram proprietários de bancas de jornais.

11. As bancas como espaço de interação

Os avanços de uma sociedade produzem modificações comportamentais. As pessoas e as comunidades precisam se adaptar para sobreviver. E se levarmos em conta os ambientes urbanos, onde os avanços acontecem primeiro e mais rapidamente, a necessidade de adaptação é mais urgente. Atualmente, o elemento urbano ‘banca de jornal’ já é algo bastante modificado em relação ao passado recente. Muitas delas se transformaram num pequeno armazém, de modo a oferecer outros produtos e variar as fontes de renda. Jornais e revistas têm reduzido suas tiragens impressas e isso causa uma modificação no próprio conceito de banca.

Entretanto, nos anos 50 as bancas de jornais eram uma boa oportunidade de negócio e de trabalho, e graças a essa atividade muitos imigrantes puderam se estabelecer nas cidades de Juiz de Fora e Rio de Janeiro, como podemos ver pelos depoimentos a seguir:

ECO-REBEL

“Eles vieram [os avós], acho que eles, é... percorreram um pouco aqui do Brasil e não sei aí... Não sei explicar, mas eles pararam aqui em Juiz de Fora como muitos italianos. E aí eles conseguiram se estabelecer aqui, através da... Da banca de jornal, né? Que tinha, eu acho que era [sobrenome de outra família italiana], não sei, ele dava, empregava muita gente. E aí ele [o avô] conseguiu emprego aqui” (neta de italianos, 31 anos, Juiz de Fora)

“Os jornalheiros, as bancas de jornal, 99% era tudo deles [dos calabreses]. Era tudo deles! Assim que eu cheguei aqui, eu me lembro, a avenida Rio Branco, era perto de uma gráfica lá, de domingo de manhã ou senão de madrugada os jornalheiros tudo na calçada preparando o jornal pra levar... ‘Ma’ é... 99% era italiano” (italiano, 81 anos, Rio de Janeiro)

É natural imaginar, e é comprovado por outros depoimentos, que havia uma estreita rede social entre esses imigrantes, que se ajudavam arranjando trabalho para outros. E como já vimos, havia muitos matrimônios entre parentes, reforçando os laços da rede. Essas redes eram comunidades de fala importantes, que se desfizeram por diversas razões, entre elas a falta de interesse na transmissão vertical da língua, que não era o italiano. Os descendentes não mantiveram os mesmos laços, o que é natural em ambientes urbanos multiculturais. O relato de uma filha de pai e mãe italianos, 60 anos e proprietária de banca de jornal resume o que dissemos: “Aquela união dos jornalheiros, vamos dizer assim, não tem mais porque já foi muita gente embora, faleceram, né... Os filhos não se importaram, aí acabou”.

É importante lembrar que Juiz de Fora recebeu diversos italianos, mas recebeu também imigrantes de outras partes do mundo, sobretudo portugueses, alemães, sírios e libaneses, e já contava com uma população de brasileiros natos bastante grande naquela época.

Como percebemos, as bancas, embora constituíssem território descontínuo, eram também um ponto de encontro importante. O relato abaixo ilustra bastante bem a situação:

“... a banca de jornal era meio que um point deles, né? Eles iam na banca de um, na banca de outro, conversavam com um... Eles eram assim, tudo o que se passava na vida de um os outros sabiam. (...) A banca de jornal é esse ponto de encontro. (...) Eles gostavam de ir na Casa d’Italia. Tem a *boccia*, aos domingos (...) A Casa d’Italia

também é um ponto de encontro” (neta de italianos, 31 anos, Juiz de Fora)

12. A CF Fazenda do Zé Artino

Feitas essas considerações, vamos relembrar brevemente a recente publicação de Couto (2016) acerca de uma CF existente na zona rural de Patos de Minas (MG)⁸. Nosso escopo é traçar um paralelo entre as duas CF demonstrando o quanto são semelhantes do ponto de vista da linguística ecossistêmica, embora aparentemente muito diferentes.

A CF Fazenda configura-se da seguinte forma: seu território é resultado de um desmembramento de uma fazenda maior, pertencente ao patriarca Artino. O território da CF Fazenda era a parte que ficou com o filho, Zé Artino. A fazenda original tinha pouco menos de 150 alqueires e foi dividida entre os sete filhos. A parte do Zé Artino tinha cerca de 21 alqueires mineiros, pouco menos de 50.000 m². A CF fazenda, objeto do estudo de Couto, era constituída pela família do Zé Artino e os agregados que ali viviam. Essa CF existiu de aproximadamente 1940 até meados da década de 50 do século XX.

Neste ecossistema linguístico e cultural notamos o território T e a população P. A língua utilizada era um dialeto rural bastante marcado por itens lexicais peculiares, de significação local, embora muitas vezes com correspondência no léxico do dialeto estatal. Como afirma Couto (2016),

“O significado das palavras é claramente ligado a um contexto, não há significado descontextualizado. Alguns autores chegam a afirmar que toda palavra tem um significado diferente para cada pessoa que a usa, ou seja, o significado das palavras só existe na comunidade de fala, e até no ato de interação comunicativa, em que são usadas. É claro que existe uma base comum, um significado ligado à comunidade de língua, ao sistema. No entanto, em cada ato de interação comunicativa esse significado pode ser subvertido, e frequentemente é subvertido”

Evidentemente essa polissemia pode ser mais acentuada em comunidades isoladas, como era o caso da CF Fazenda, cujo contato com o dialeto urbano era raro e o contato com o dialeto estatal era feito precariamente através de poucas escolas.

⁸O artigo se encontra nesse *link* (última visita em 29/09/2016): <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2016/02/a-comunidade-de-fala-fazenda-do-ze.html>

Faremos um resumo das principais características dos ecossistemas linguísticos que compõem as duas CF em questão. Analisamos cada um dos três pilares da tríade P-L-T e verificamos suas semelhanças e diferenças. A partir da premissa de que uma CF, em regra geral, é um pequeno ecossistema linguístico no qual há solidariedade e frequente interação entre seus membros, ou seja, uma CF é entendida como tal pelos atos de interação comunicativa entre seus membros, verificamos que embora apresentem características bastante diferentes, ambas podem ser estudadas sob a perspectiva ecolinguística pela natureza holística desse ramo da linguística.

13. O Território

O território é sempre muito importante na delimitação de uma CF e esse território é bastante claro no caso da CF Fazenda. Afinal, é a própria delimitação territorial da fazenda do Zé Artino o território da CF Fazenda, um território contínuo e demarcado. E como já vimos, trata-se de uma CF rural. A CF dos jornaleiros italianos é bastante diferente em diversos sentidos, a começar pela característica urbana, o que permite e facilita o contato mais estreito com outras CF e outras variedades linguísticas. Como os italianos não criaram guetos, não há como delimitar seu território, embora ele exista. Ele é descontínuo, pois a CF existe e se move entre locais de encontro, como as bancas de jornal ou a Casa d'Italia, no caso de Juiz de Fora. Naturalmente, há também o espaço familiar como núcleo de CF compacta, assim como acontecia na CF fazenda.

Embora mais difícil de ser identificado, territórios descontínuos não são tão incomuns em CF. É o caso das CF de surdos e deficientes auditivos. Esses costumam ter CF bastante ativas, espalhadas em diversas partes. Afinal, há surdos em todas as partes, mas não existe uma vila, um bairro, uma cidade ou um país com uma população só de surdos.

Em regra geral uma CF se forma a partir da comunhão. Em seguida, a comunicação e posteriormente a significação. Com base na premissa de que toda palavra ou expressão é polissêmica, as CF transformam significados, criando expressões que têm significação particular para os membros, podendo até não fazer sentido para não membros. Esse fato pode ser abordado sob a perspectiva da terceira onda da sociolinguística, proposta por Eckert (2005; 2012), a partir do momento em que entendamos as CF como comunidades de prática (WENGER, 2006; ECKERT, 2005). Assim, na CF Fazenda temos expressões como *corguinho*, *ispigão*, *manguera*, *pastinho*, todas com significação

bem clara para os membros da CF, e que serviam de orientação espacial para eles. Na CF dos jornaleiros de Juiz de Fora temos as menções à *Casa d'Italia*, e da *banca de cima*, como referências espaciais específicas. A primeira, pela importância, é referência à imigração italiana na cidade e a segunda é referência que só tem sentido completo para os membros da CF, como se nota a partir do seguinte relato: “Ainda lembro... Eu era ‘pequenininim’, então ele [o avô materno] me pegava lá, em casa, e me levava lá pra *banca de cima*. Aquela banca lá é nossa” (filho de pais italianos, 55 anos, Juiz de Fora).

14. A população

Pela própria natureza das CF em estudo, a CF Fazenda tem uma população facilmente identificada, composta por 13 pessoas. Por se tratar de zona rural e com pouco contato com outras áreas, não é difícil constatar quem foram seus membros. Já a CF dos jornaleiros não nos permite identificar a quantidade de membros, muito menos se havia um líder. Tratava-se de várias famílias, vindas da mesma região italiana, com muitos matrimônios entre eles mesmos, e que se ajudavam mutuamente. Como a CF não mais existe, não há mais como identificar ao menos um número aproximado de membros, mas ela existiu e definiu, até desaparecer. Evidentemente a própria natureza da área urbana, onde o contato entre línguas costuma favorecer aquela de maior poder, a falta de um território contínuo, e a língua sem prestígio usada na CF foram fundamentais para sua dissolução. É muito claro o desinteresse na transmissão linguística intergeracional. Os depoimentos a seguir o demonstram:

“Aquela união dos jornaleiros, vamos dizer assim, não tem mais porque já foi muita gente embora, faleceram, né... Os filhos não se importaram, aí acabou”. (Filha de italianos, 60 anos)

“...Essa questão das famílias se comunicarem, (...) do ponto de encontro ser mais a banca de jornal ou a Casa d'Italia. E a Casa d'Italia também virou uma coisa SÓ para os descendentes mais antigos. Pros novos, não tem essa afetividade, esse ponto de encontro. Não se renovou” (Neta de italianos, 31 anos)

E também nos trechos das seguintes entrevistas (E = entrevistador; I = informante)

E: Mas se dirigindo a vocês, às crianças...?

I: Não. (...) Entre eles. Se tivesse meu pai e meu tio, eles falavam em italiano. Meu pai e meu tio, italiano. **O dialeto, né?** Entre eles, irmãos, também, era o dialeto que eles falavam.

E: Tá. Mas com as crianças... eles...

I: Não. Com a gente [falavam] o português. Tanto é que meus primos, eles não sabem assim, falar italiano. Não pegaram em contato com eles [os avós]” (neta de italianos, 31 anos)

E: Você aprendeu italiano?

I: Não, não, não, não, não!

E: Nunca se interessou?

I: Pra falar a verdade, nunca me interessei

E: Mas seus pais, conversavam, né [em italiano]?

I: Meus pais conversavam assim, na língua deles, que era a língua de Paola. (filho de italianos, 55 anos)

15. A Língua

Enquanto que na CF Fazenda a língua era um dialeto rural, havia pouco contato com os dialetos urbano e estatal e estava inserida claramente numa CL portuguesa, a CF dos jornalheiros era o dialeto falado numa pequena província da Calábria, no sul da Itália, estava constantemente pressionada pela língua dominante, o dialeto urbano do português brasileiro e igualmente pelo dialeto estatal, sobretudo pela presença dos filhos na escola. Com relação à CL, estava incluída também numa CL portuguesa, e como se trata de língua estrangeira, funcionava como uma ilha linguística, ou como um enclave. Pela perspectiva da pátria de origem, poderia ser considerado um exclave (COUTO, 2009, p. 165). Devemos sempre lembrar que a língua desse enclave não tinha prestígio nem status de língua nacional, embora fosse, e o seja até hoje, marcador identitário. Os relatos a seguir apontam para a importância dessa língua na CF mesmo quando havia algum membro de região diferente da da maioria, e a pressão sofrida pela língua dominante:

“Eu me lembro principalmente com o [amigo que trouxe o pai dela para o Brasil] que eles começavam a falar em português, ‘*ma*’ terminavam falando em dialeto. Era uma coisa intercalada. Essa lembrança eu tenho muito forte. O [amigo] não era de [cidade do pai], mas ele era do sul [da Itália]”. **(filha de pai italiano, 25 anos)**

“E aí eu me lembro vagamente deles conversando, todos com dialetos sulistas, mas se entendiam. (...) Mas era uma mistura, ora em português, ora em dialeto. Tenho essa lembrança muito marcada.

ECO-REBEL

Como todos eram do sul, eles se entendiam”. **(filha de pai italiano, 25 anos)**

“Meu pai conversava assim, na língua deles, que era a língua de Paola. (...) A gente tem parente em Firenze, e lá fala o italiano. Tanto é que eles [os pais] tinham dificuldade de entender. Tinha coisa que ele balançava a cabeça eee... Não tava entendendo”. **(filho de pais italianos, 55 anos)**

Na tabela a seguir podemos enxergar as características principais da tríade ecossistêmica P-L-T:

	CF Fazenda	CF Jornaleiros Italianos
Território (T)	<ul style="list-style-type: none"> • Território contínuo, área rural; • Casa, curral, paiol, quintal, mangueira, pastinho, pasto de cima, ... 	<ul style="list-style-type: none"> • Território descontínuo, área urbana; • Vizinhança (parentes), bancas de jornal (com sua nomenclatura), Casa d'Italia.
População (P)	<ul style="list-style-type: none"> • Patriarca – Zé Artino, filho do velho Artino; • Família e agregados; • 13 pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Várias famílias; • Impossível determinar um número preciso de membros – muitas uniões entre parentes; • A própria natureza da área urbana impede essa precisão; • Não há um patriarca, um líder.
Língua (L)	<ul style="list-style-type: none"> • Dialeto rural • Pouco contato com dialetos urbano e estatal • Localizada no domínio de CL portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Dialeto paolano, predominantemente, pressionado pela língua dominante • Constante contato com dialetos urbano e estatal • Localizada no CL portuguesa

16. Considerações finais

Neste trabalho nos propusemos a analisar, sob a perspectiva ecolinguística, uma CF formada a partir de imigração de italianos no eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora (MG). Tomamos por base o ensaio de Couto (2016) que trata da CF Fazenda do Zé Artino e fizemos algumas comparações de forma a enfatizar os pressupostos da linguística ecossistêmica e demonstrar que a tríade P-L-T, fundamento do ecossistema linguístico, pode ser identificada mesmo em territórios descontínuos. O quadro abaixo dá exemplo de mais diferenças entre as duas CF segundo as diversas classificações e tipologias.

CF Fazenda	CF jornaleiros italianos
Ecosistema cultural rural	Ecosistema cultural urbano

ECO-REBEL

CF simples (monolíngue/monodialetal)	CF complexa (bi-trilíngue/bi-tridialetal)
CF compacta (núcleo familiar) ou difusa (toda a região rural)	CF compacta (famílias vivendo em proximidade) ou difusa (toda a cidade)
CL portuguesa	CL portuguesa, mas um exclave de CL italiana/calabresa
AIC: maior parte na cozinha	AIC: maior parte nas bancas de jornal
Terminologia própria para orientação espacial – significação própria: ispigão, corguinho...	Terminologia própria para orientação espacial – significação própria: banca de cima

Como aponta Couto (2016), “as comunidades de fala estão umbilicalmente ligadas a um espaço e a um tempo bem definidos. Elas podem se fazer e desfazer, ser desmembradas, integrar outras comunidades de fala etc., exatamente como acontece com o ecossistema biológico”.

Referências

- BANG, Jørgen Chr.; DØØR, Jørgen. Ecolinguística: um enquadramento conceitual. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 1, n. 2, p. 65-81, 2015. <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index> (acesso: 10/09/2016).
- BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do Fascio: O fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943*. Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas, 1998
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007
- _____. *Linguística, ecologia e ecolinguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. A comunidade de fala da Fazenda do Zé Artino. <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2016/02/a-comunidade-de-fala-fazenda-do-ze.html>, 2016 (acesso: 26/09/2016)
- CROCI, Federico. *A Imigração no Brasil*. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011
- ECKERT, Penelope. Variation, convention and social meaning. Paper Presented at the *Annual Meeting of the Linguistic Society of America*. Oakland CA, Jan. 7, 2005
- ECKERT, Penelope. Three Waves of Variation Study: The Emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation. *Annual Review of Anthropology*, n. 100, p. 41:87, 2012
- FERENZINI, Valéria Leão. Os italianos e a Casa D’Italia de Juiz de Fora. In: *Locus: revista de História da UFJF*. Juiz de Fora, v. 14, n. 2 p. 149-159, 2008
- GAIO, Mario Luis Monachesi. *Imigração italiana em Juiz de Fora: manutenção e perda linguística em perspectiva de representação*. 111f. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013

ECO-REBEL

- GOMES, Altair Martins. O Estudo de redes Sociais e sua contribuição para a ecolinguística. *Atas do IIº encontro brasileiro de imaginário e ecolinguística*, 11 a 13/novembro/2015, p. 256-271
- MUFWENE, Salikoko. *Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas*. In: COUTO, Hildo Honório do et al. (orgs.). *O Paradigma Ecológico para as Ciências da Linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016
- SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; GAIO, Mario Luis Monachesi; CARLOS NETO, Marcionilo Euro. Contato linguístico e imigração no Brasil: fenômenos de manutenção/revitalização, language shift e code-switching. *Veredas*, v. 19, n. 1, p. 71-91, 2015
- TRAMPE, Wilhelm. Sobre o papel da linguagem nos sistemas antropogênicos. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 2, n. 1, p. 41-59, 2016.
- <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index> (acesso: 20/09/2016).
- TRENTO, Angelo. *Os italianos no Brasil*. São Paulo: Bardella, 2000.
- WEINREICH, Uriel. *Languages in Contact: Findings and Problems*. Haia: Mouton Publishers, 1968 [1953].
- WENGER, Etienne. *Comunità di Pratica*. Apprendimento, significato e identità. Milão: Raffaello Cortina Editore. 2006 [1998].

Enviado: 10/11/2016.

Aceito: 10/01/2017.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.